



**Centro Universitário de Brasília**  
**Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**ELINEI PEREIRA DA SILVA**

**RECURSO ESPECIAL  
COM FUNDAMENTO EM  
DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL**

Brasília  
2010

**ELINEI PEREIRA DA SILVA**

**RECURSO ESPECIAL  
COM FUNDAMENTO EM  
DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil.

Orientador: Prof. Carlos Orlando

Brasília  
2010

**ELINEI PEREIRA DA SILVA**

**RECURSO ESPECIAL  
COM FUNDAMENTO EM  
DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil.

Orientador: Prof. Carlos Orlando

Brasília, 27 de novembro de 2010.

**Banca Examinadora**

Prof. Henrique Vitali

Prof. João Ferreira Braga

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea c, da Constituição Federal, isto é, por divergência jurisprudencial. O objetivo é examinar os requisitos legais e regimentais exigidos na configuração do dissídio pretoriano para que seja admitido o recurso especial. Analisa-se a maneira como são realizadas a comprovação e a demonstração da dissidência verificada na aplicação da lei federal. O estudo tem por base a exposição da posição doutrinária a respeito do tema, bem como o exame de julgados do Superior Tribunal de Justiça, a fim de demonstrar como é feita a configuração da divergência entre o acórdão recorrido e o aresto trazido como paradigma, cujo entendimento o recorrente busca fazer prevalecer. O trabalho mostra a evolução da legislação, bem como da jurisprudência, relativamente à caracterização do dissídio pretoriano. Observa-se a atenuação das exigências fixadas para a configuração da divergência, especialmente, diante de dissídio notório. Abrandamento que facilita a interposição do recurso especial e, conseqüentemente, a admissibilidade do apelo e a efetiva manifestação da Corte Superior sobre o alcance de determinada lei federal. Além disso, são colacionados julgados que tratam de questões consideradas importantes relativas à demonstração da divergência na interpretação da lei federal infraconstitucional.

**Palavras-chave:** Recurso especial. Divergência jurisprudencial. Comprovação. Demonstração.

## ABSTRACT

This work aims to study the special appeal filed based on Article 105, item III, paragraph c, of the Constitution, that is, divergence of jurisprudence. The objective is to examine the legal and regulatory requirements in setting bargaining praetorian to be admitted to a special appeal. We analyze how they are carried out verification and demonstration of dissent in applying federal law. The study is based on the statement of the doctrine on the subject and the examination trial of the Superior Court of Justice in order to demonstrate how it is done setting the divergence between the ruling and the appeal brought edge as a paradigm, whose understanding the applicant seeks to prevail. The work shows the evolution of legislation and case law, concerning the characterization of the praetorian bargaining. Observe the mitigation requirements set for the configuration of the discrepancy, especially given the apparent rift. Flexibility that facilitates the filing of the special appeal and therefore the admissibility of the appeal and the actual manifestation of the Superior Court on the scope of a specific federal law. Moreover, they are collated tried to address issues considered important for demonstrating divergence in interpretation of federal law infra.

**Key words:** Special Feature. Jurisprudential divergence. Proof. Demonstration.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	09
<b>1 O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	12
<b>2 RECURSO ESPECIAL</b>	15
2.1 Finalidade	16
2.2 Lei federal	18
2.3 Hipóteses de cabimento do recurso especial	20
2.3.1 Recurso especial com fundamento da alínea <i>a</i>	23
2.3.2 Recurso especial com fundamento da alínea <i>b</i>	26
2.3.3 Recurso especial com fundamento da alínea <i>c</i>	27
<b>3 RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO EM DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL</b>	30
3.1 Comprovação da divergência jurisprudencial	31
3.2 Demonstração da divergência jurisprudencial	39
3.2.1 Confronto com súmula	42
3.2.2 Acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência do STJ	44
3.2.3 Particularização do artigo objeto da interpretação divergente	45
3.2.4 Divergência superada	49
3.2.5 Divergência interna	50
3.3 Considerações finais	51
<b>CONCLUSÃO</b>	53
<b>REFERÊNCIAS</b>	57

## INTRODUÇÃO

Com o grande número de magistrados, especialmente, em um país de dimensões continentais como a nossa Pátria, não é raro que sejam produzidas decisões judiciais conflitantes. Casos semelhantes podem ser resolvidos com base na mesma lei, mas de formas díspares.

Tal circunstância decorre de fatores diversos, tais com formação do magistrado, contexto histórico, político e social etc. A divergência é, portanto, natural.

A Constituição Federal, porém, garante que todos são iguais perante a lei (artigo 5º, *caput*). Então, a lei federal que se aplica no norte do país deve ser a mesma incidente no extremo sul, no centro, enfim, em todos os cantos do território nacional.

Cada juiz decide a causa de acordo com a exegese que faz da lei, que pode ter interpretações diversas, porque diversos são os julgadores. E diversos são também os entendimentos das partes envolvidas na lide, que é, então, levada aos tribunais de 2º grau. Mas estes também existem em um bom número. E, em tese, podem dar a uma mesma lei interpretações diversas.

Uma vez que a lei deve ser a mesma para todos em terras brasileiras, é preciso haver uniformização da jurisprudência oriunda dos diversos tribunais das unidades da federação.

No plano infraconstitucional, tal tarefa cabe ao Superior Tribunal de Justiça. É função dessa Corte assegurar que a legislação federal infraconstitucional

seja aplicada de modo uniforme em todas as Unidades da Federação. É sua missão defender a unidade do ordenamento jurídico nacional.

O meio é o recurso especial, instituto previsto constitucionalmente para levar ao Superior Tribunal de Justiça controvérsias envolvendo a aplicação da lei federal infraconstitucional.

A teor do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal:

Art. 105 - Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

(...)

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

O objeto de estudo deste trabalho é o recurso especial fundado em divergência jurisprudencial, previsto no artigo 105, inciso III, alínea c, da Constituição Federal.

Mais especificamente, se tratará da comprovação e da demonstração do dissídio jurisprudencial, que devem ser feitas nos moldes dos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

O estudo foi elaborado a partir da exposição do entendimento doutrinário sobre o tema, além da orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça. Serão examinados julgados dessa Corte, a fim de demonstrar como é realizada a caracterização do dissídio jurisprudencial.



O trabalho foi estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo são feitas algumas considerações a respeito do Superior Tribunal de Justiça, tais como origem, missão, competência etc.; o segundo capítulo traz informações gerais sobre o recurso especial: origem, hipóteses de cabimento, requisitos etc.; o terceiro e último capítulo aborda de forma mais detalhada o recurso especial interposto com base em divergência jurisprudencial (art. 105, inc. III, alínea c, da Constituição Federal).

## 1 O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Segundo registros doutrinários, a criação de um “Tribunal Superior de Justiça” foi sugestão do professor José Afonso da Silva, em 1963 (CARNEIRO, 2008, p. 11).

Entretanto, somente em 1988, com a Constituição Federal é que foi instituído o Superior Tribunal de Justiça, que se tornou, a partir de então, o novo guardião da legislação federal infraconstitucional.

Antes disso, tal tarefa cabia ao Supremo Tribunal Federal, a quem competia também a guarda da Constituição Federal.

Todavia, ao longo dos tempos, o significativo aumento do número de recursos dirigidos à Corte Máxima levou à chamada *crise do Supremo*.

Como se vê, o problema da invencível quantidade de recursos dirigidos às instâncias especiais não é coisa dos tempos atuais.

Algumas tentativas foram feitas no sentido de conter essa avalanche de processos recebidos pela Corte Suprema, tais como arguição de relevância e os óbices regimentais e jurisprudenciais à subida do recurso ao Supremo. Sem sucesso, contudo. Esses mecanismos de restrição impediam o exame do mérito do recurso extraordinário, gerando insatisfação entre os recorrentes e seus procuradores, porém, não foram capazes de impedir o crescimento do número de recursos dirigidos ao Supremo.

Para aliviar o Supremo Tribunal Federal dessa sobrecarga, foi criado o Superior Tribunal de Justiça.

Acolhendo sugestão, conforme já mencionado, de José Afonso da Silva, o constituinte de 1988 instituiu o Superior Tribunal de Justiça, a quem transferiu a competência para julgar recursos sobre questões de direito federal infraconstitucional comum, a fim de resguardar a integridade e uniformizar a interpretação da legislação federal infraconstitucional comum.

José Afonso da Silva também propôs a criação do recurso especial.

Conforme anota Mancuso (2003, p. 88):

Quanto ao meio impugnativo, José Afonso da Silva cogitava de um recurso especial, ou de revista, não importa o nome, desde que seja único para qualquer ramo processual, caberá das decisões de única ou última instância, proferidas por um órgão dos sistemas judiciários, dirigido ao Tribunal Superior da estrutura judiciária (TST, na estrutura do Direito Trabalhista; TSE, na estrutura do Direito Eleitoral; Tribunal Superior de Justiça, a ser criado, nas estruturas do Direito comum, fiscal e militar)...

Em 1965, dois anos após a proposta do professor José Afonso da Silva, formou-se uma mesa-redonda de ilustres juristas para discutir a criação de um novo Tribunal Superior, que foi aprovada (Mancuso, 2003, p. 85-86). A instituição do Superior Tribunal de Justiça, porém, só ocorreu em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal.

A nova Corte recebeu, então, parte da competência do Supremo e, em menor parcela, do extinto Tribunal Federal de Recursos.

Hoje, é o Superior Tribunal de Justiça o responsável pela uniformização da interpretação da lei federal no território nacional. É o guardião e intérprete maior da legislação federal comum.

Diz Mancuso (2003, p. 87) que, “sem jogo de palavras, o ‘Tribunal da Federação’ são dois: um, o STF, soberano em matéria constitucional; outro, o STJ, soberano no direito federal *stricto sensu*”.

Hierarquicamente, o Superior Tribunal de Justiça está abaixo do Supremo Tribunal Federal, mas é quem dá a última palavra em termos de interpretação de legislação federal infraconstitucional comum.

## 2 RECURSO ESPECIAL

O Superior Tribunal de Justiça, conforme visto, foi instituído com a missão de garantir a integridade e a uniformização da interpretação do direito federal infraconstitucional comum.

Esse controle, antes feito pelo Supremo Tribunal Federal, era veiculado por meio do recurso extraordinário.

Repasada essa competência ao Superior Tribunal de Justiça, foi criado, para o cumprimento da função, o recurso especial, que é atualmente, “a via processual adequada para submeter à apreciação do Superior Tribunal as ofensas à legislação federal perpetradas pelos tribunais de segundo grau, assim como os dissídios jurisprudenciais acerca da interpretação do direito federal infraconstitucional” (SOUZA, 2008, p. 683).

O recurso especial, assim como o Superior Tribunal de Justiça, é, portanto, bastante recente. Foi criado em 1988, pela atual Constituição Federal.

Todavia, não se trata propriamente de inovação jurídica, porque o recurso especial resultou do desdobramento do recurso extraordinário.

Até a Constituição de 1988, a ofensa à legislação federal, hoje objeto do recurso especial, era discutida em recurso extraordinário, cabendo ao Supremo Tribunal Federal, dar a palavra final sobre a interpretação da lei federal.

A partir de então, essa tarefa foi transferida ao Superior Tribunal de Justiça, conforme artigo 105, inciso III, da Carta Magna de 1988.

Surgiu um novo recurso, o especial, que é, *lato sensu*, extraordinário. O antigo recurso extraordinário, agora foi dividido em dois: o Supremo Tribunal Federal cuida da questão constitucional e o Superior Tribunal de Justiça, da matéria infraconstitucional.

A doutrina aponta como inspiração do recurso especial o *Judiciary Act*, de 1789, dos Estados Unidos da América, para assegurar a supremacia da lei federal. Por meio desse instituto americano, decisões dos tribunais locais eram submetidas a exame da Suprema Corte norte-americana.

No direito brasileiro, o apelo extremo surgiu no Decreto 848, de 1890, que foi incorporado à Constituição de 1891. Em 1894, já apareceu no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal como recurso extraordinário (CARNEIRO, 2008, p. 14).

## 2.1 Finalidade

O recurso especial tem como finalidade preservar a autoridade a e a unicidade o entendimento sobre a lei federal comum, afastando interpretações divergentes.

A lei federal aplicada em todo o território nacional deve ser a mesma, mas só será, se for aplicado o mesmo entendimento por todos os operadores do Direito. Se assim não for, restará comprometida a certeza do direito, gerando insegurança jurídica.

O recurso especial tem natureza extraordinária, porque tutela o direito objetivo. Não se questiona a justiça da decisão, a preocupação é se houve afronta à lei federal, esse é o bem protegido.

É o que anota Flávio Chein Jorge (2001, p. 375-376):

A classificação do recurso especial como recurso extraordinário *lato sensu*, tem como critério a tutela ao direito objetivo. Através do recurso especial não se procura aferir a justiça da decisão, mas tão-somente, perquirir se houve afronta ou não a uma determinada decisão.

Segundo José Afonso da Silva (2008, p. 570):

O que dá característica própria ao STJ são suas atribuições de *controle da inteireza positiva, da autoridade e da uniformidade de interpretação da lei federal*, consubstanciando-se, aí, jurisdição de tutela do princípio da incolumidade do direito objetivo, que “constitui um valor jurídico – que resume certeza, garantia e ordem –, valor esse que impõe a necessidade de um órgão de cume e um instituto processual para a sua real efetivação no plano processual.

Por isso mesmo, o campo de conhecimento é mais limitado do que nos recursos ordinários, onde se permite um exame mais amplo, uma vez que o objetivo maior é corrigir decisões injustas. Já no caso do recurso especial, “predomina o interesse superior da legalidade” (CARRAZZA, 1994, p. 52).

Ainda que o foco do recurso especial não seja o direito subjetivo do recorrente, demonstrado que a decisão impugnada não foi dada de acordo com a correta interpretação da norma jurídica, eventual injustiça será corrigida.

Conforme observa o Ministro Luiz Fux (2008, p. 904), “*o recurso especial tutela, imediatamente, o direito objetivo, a ordem jurídica e, mediadamente, o direito subjetivo da parte vencida*.”

A sucumbência é requisito fundamental na admissibilidade dos recursos, sejam eles ordinários ou extraordinários. Os primeiros, ditos comuns, respondem diretamente ao interesse da parte vencida de reformar a decisão que lhe resultou

desfavorável. Os segundos, excepcionais, exigem algo mais que a sucumbência. É necessário que esteja em discussão questão federal, no caso do recurso especial, ou constitucional, na hipótese de recurso extraordinário.

Athos Gusmão Carneiro (2008, p. 8) ensina que:

O recurso extraordinário, no direito “*brasileiro*”, sempre foi manifestado como *recurso propriamente dito* (interposto, portanto, no *mesmo* processo) e fundado *imediatamente* no interesse de ordem pública em ver prevalecer a aplicação da Constituição e da lei federal; apenas *mediatamente* visa à tutela do interesse do litigante.

Acrescenta esse autor que o recurso extraordinário “busca resguardar o ‘sistema jurídico, e não a situação individual das partes, a não ser mediatamente o de modo indireto’” (CARNEIRO, 2008, Forense, p. 9).

Fica claro que o objetivo imediato é preservar o ordenamento jurídico. Todavia, por via indireta, a proteção atinge o jurisdicionado, porque propicia a segurança jurídica.

## 2.2 Lei federal

Lei federal é aquela emanada o Poder Legislativo Federal e que tem natureza de direito federal. Podem ser tanto as leis nacionais – que alcançam todos os habitantes do território nacional, tais como leis processuais, civis e penais (CPC, CPP, CP, CC, CDC) – quanto às leis federais propriamente ditas, às quais estão sujeitos apenas os jurisdicionados da União, como os servidores públicos federais (SOUZA, 2008, p. 695).

Para Rodolfo Mancuso (2003, p. 199-200), são leis federais:



- a) As leis federais por definição, isto é, aquelas relativas às matérias que a CF deixa à competência legislativa da União, de forma privativa (art. 22); e bem assim, as formas de decretos e regulamentos (RTJ, 44/467), relativas a assuntos que a CF considera de interesse da União (art. 21) como a declaração de guerra (inciso II) ou a emissão de moeda (inciso VII);
- b) as leis sobre as matérias que, conquanto deixadas pela CF à competência comum (art. 23), ou concorrente (art. 24), entre União e outros entes políticos, vêm a ser editadas pela União;
- c) o direito estrangeiro que tenha sido incorporado ao nosso direito interno (RTJ, 101/1. 149, RF282/157), como, *v.g.*, sucedeu com as Convenções de Genebra em matéria de Títulos de Crédito.

José Afonso da Silva (*apud* MANCUSO, 2003, p. 200), esclarece que “será lei federal, quando, tendo origem federal, tiver também natureza de direito federal”.

Os tratados são celebrados pelo Poder Executivo e ratificados pelo Legislativo, equiparando-se assim à lei. Uma vez validados pelo Congresso Nacional e pelo Presidente da República, são incorporados ao ordenamento jurídico nacional. Daí, a crítica feita por Mancuso (2003, p. 195-196), no sentido de que, ratificado, o tratado torna-se lei. Dessa forma, bastaria a referência a lei federal.

Se o dispositivo de lei federal reproduz preceito da Constituição Federal, a matéria é constitucional, de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal. Por isso, o recurso interponível é o extraordinário e não o especial. Exemplo disso, é o artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, que trata de matéria prevista no art. 5º, XXXVI, da CF.

O conceito de *lei federal* abrange leis complementares e ordinárias, decretos legislativos e resoluções do Senado Federal, leis delegadas, medidas provisórias, regulamentos e decretos previstos no artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal (SOUZA, 2008, p. 696).

A respeito, confira-se:

## PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.

1. O termo "lei federal", plasmado no art. 105, III, da Constituição da República, deve ser interpretado, a partir de uma concepção ampla, como sinônimo de "legislação federal infraconstitucional". Abrange, portanto, além das leis propriamente ditas e das medidas provisórias, que têm força de lei, os decretos e regulamentos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo para fiel execução das leis.

2. É cabível recurso especial interposto por violação a decreto regulamentar. Precedentes.

3. Embargos de declaração acolhidos em parte, sem efeitos infringentes (Edcl no REsp 663562, RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ, 07.11.2005. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=663562&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=663562&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

De acordo com o STJ, portarias, circulares, resoluções, instruções normativas, provimentos, convênios, regimentos internos de tribunais e súmulas não são considerados lei federal e, portanto, não dão ensejo a recurso especial.

### 2.3 Hipóteses de cabimento do recurso especial

Conforme visto anteriormente, para os recursos ditos comuns, o pressuposto fundamental de admissibilidade é a sucumbência. Os apelos excepcionais exigem algo mais. Os requisitos estão previstos na própria Carta Magna.

Dispõe o artigo 105, inciso III, da Constituição Federal:

Art. 105 - Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

(...)

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Nos termos do inciso III, do art. 105, acima transcrito, dão ensejo a recurso especial causas decididas em única ou última instância. Do termo causas decididas extrai-se o preceito que fundamenta a exigência do prequestionamento. Depreende-se da expressão constitucional que a questão trazida no recurso especial deve ter sido discutida e resolvida pelo tribunal prolator do acórdão recorrido.

É imprescindível que a matéria tratada no recurso especial tenha sido previamente apreciada pelo tribunal *a quo*. Se, ainda que suscitada pela parte, o tema não foi enfrentado na formação do aresto impugnado, não houve indispensável prequestionamento. Cabe, então, à parte opor embargos de declaração e, persistindo a omissão, interpor recurso especial por violação do art. 535 do CPC.

Importa observar que o tema deve constar do voto vencedor, pois “a questão federal somente ventilada no voto vencido não atende o requisito do prequestionamento” (Súmula 320/STJ).

Da expressão “causas decididas em única ou última instância”, infere-se, ainda, que é necessário o prévio exaurimento de todas as possibilidades de recorrer na instância ordinária ou única (originária).

Causas decididas em única ou última instância são aquelas das quais não caibam mais recursos ordinários (Súmula 281/STF).

Rodolfo Mancuso (2003, p. 104) ressalta que:

... o exercício dos recursos excepcionais pressupõe a preclusão consumativa quanto aos recursos cabíveis nas instâncias inferiores; tendo em vista o princípio da unirrecorribilidade, cremos que a prática do recurso cabível, na instância ordinária, preclui, consumativamente, esse momento processual, restando então o campo propício para a

interposição do recurso extraordinário, do especial, ou de ambos, em sendo o caso.

O litigante deve valer-se de todas as hipóteses cabíveis de recurso na instância inferior e só então, quando não lhe restarem mais opções na via ordinária, lhe surgirá a possibilidade de recorrer à instância superior, porquanto, estará, nesse caso, satisfeita a condição para a interposição do apelo excepcional.

Por essa razão, “é inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem” (Súmula 207/STJ).

A respeito da necessidade de prévio exaurimento da instância ordinária, merece destaque a nota de Vicente Greco Filho (*apud* MANCUSO, 2003, p. 105):

Só cabe recurso especial se forem esgotados todos os recursos ordinários, inclusive os embargos infringentes perante os tribunais, se cabíveis, de modo que a parte não pode abandonar ou deixar de utilizar os recursos ordinários para querer, desde logo interpor o especial.

Exige ainda o inciso III do artigo 105 da Constituição Federal que o julgado recorrido seja originário de Tribunais Regionais Federais ou tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

Essa prescrição exclui das hipóteses de cabimento as decisões monocráticas (já excluídas em razão do não esgotamento das vias ordinárias), por não serem oriundas de órgão colegiado, e os julgados das Turmas Recursais dos Juizados Especiais (Súmula 203/STJ – Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau nos Juizados Especiais). É que, apesar da composição colegiada das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, não têm elas natureza de tribunal.

Vale observar que o artigo 102 da Constituição Federal, que dispõe sobre recurso extraordinário, não traz a exigência contida no artigo 105, que trata do recurso especial, relativa a causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

Daí porque é cabível recurso extraordinário contra decisões monocráticas, mas não o recurso especial.

Atendidas as condições supramencionadas, cabe ainda ao recorrente verificar se ocorreu uma (ou mais) das hipóteses previstas nos inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, isto é, se o acórdão recorrido:

- a) contrariou ou negou vigência a tratado ou lei federal;
- b) julgou válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) deu à lei federal interpretação divergente da que lhe tenha conferido outro tribunal.

### 2.3.1 Recurso especial com fundamento na alínea a

O artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal trata da hipótese de cabimento de recurso especial contra acórdão que contrariou ou negou vigência a tratado ou lei federal.

Já explicitado o alcance da expressão “lei federal”, impõe-se explicar o que se entende por “contrariar” e “negar vigência”.

Mais uma vez recorre-se aos ensinamentos de Rodolfo Mancuso (2003, p. 173), que esclarece:

Contrariamos a lei quando nos distanciamos da *mens legislatoris*, ou da finalidade que lhe inspirou o advento; e bem assim quando a interpretamos mal e lhe desvirtuamos o conteúdo. Negamos-lhe vigência, porém, quando declinamos de aplicá-la, ou aplicamos outra, aberrante da *fattispecie*; quando a exegese implica em admitir, em suma... que é branco onde está escrito preto; ou quando, finalmente, o aplicador da norma atual em modo delirante, ignorando a real existência do texto de regência. É claro que, na prática, nem sempre é fácil distinguir as duas hipóteses, mas agora, com o advento do recurso especial, a distinção redobra em importância.

Na jurisprudência, destaca-se entendimento manifestado pela Corte Superior em acórdão assim ementado:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - SERVIDOR PÚBLICO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXAÇÃO EM VALOR CERTO - AÇÃO CONDENATÓRIA - NEGATIVA DE VIGÊNCIA - ART. 20 E PARÁGRAFOS, DO CPC - IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO QUANTUM - SÚMULA 07/STJ - PARÂMETRO A SER DEFINIDO PELO TRIBUNAL "A QUO" - DISSÍDIO PRETORIANO COMPROVADO.

1 - Nega vigência à lei federal não só a decisão que afirma não estar a mesma em vigor, mas, também, aquela que deixa de aplicá-la. Inteligência ao art. 105, III, "a", da Constituição Federal... (REsp 585024, DF, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ, 02.08.2004. Disponível em: <  
[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=585024&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=585024&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

Ao interpor o recurso especial com base na alínea a do permissivo constitucional, o recorrente deve indicar o dispositivo de lei federal que teria sido contrariado ou objeto de negativa de vigência. Importa ressaltar que não basta a alegação genérica de violação a determinada lei. É preciso particularizar o artigo supostamente ofendido e expor, de forma clara e fundamentada, de que maneira o acórdão recorrido contrariou ou negou vigência ao apontado dispositivo legal. É indispensável demonstrar em que consiste a sugerida ofensa.

Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça fazer inferências a fim de deduzir qual dispositivo legal teria sido contrariado pelo julgado atacado pelo recurso especial. Compete ao recorrente explicitar com clareza as razões pelas quais entende que o acórdão recorrido deve ser reformado, indicando o artigo de lei federal que embasa sua pretensão. Esse ônus é da parte.

O descumprimento dessa exigência impede o conhecimento do recurso especial. Aplica-se ao caso, por analogia, a Súmula 284/STF, segundo a qual “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. FALTA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO.

1. O julgador não está obrigado a enfrentar todas as teses jurídicas deduzidas pelas partes, sendo suficiente que preste fundamentadamente a tutela jurisdicional. *In casu*, não obstante em sentido contrário ao pretendido pelo recorrente, constata-se que a lide foi regularmente apreciada pela Corte de origem, o que afasta a alegada violação da norma inserta no art. 535 do CPC.

2. O recorrente não apontou, com a exatidão exigida, qual alínea, parágrafo ou a letra do art. 28 da Lei nº 8212/91 que tenha sido violado pelo aresto objurgado, somente afirmou que o acórdão recorrido negou vigência ao referido dispositivo de forma genérica, ou seja, sem especificar com clareza necessária o ponto central em que consistiu a violação. Evidenciada, a deficiência na fundamentação recursal, deve incidir o enunciado da Súmula nº 284/STF.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 662562, GO, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado. DJ, 02.05.2005. Disponível em:

[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=662562&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=662562&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL DO LICITANTE. LEI N.º 8.666/93, ART. 30.

I – No recurso especial interposto com base no art. 105, III, “a”, da Constituição da República, é necessário que o recorrente indique com precisão os dispositivos de tratado ou lei federal que entenda violados e exponha fundamentadamente em que consiste a

contrariedade. À míngua dessa indicação e quando não seja possível inferir das razões recursais quais artigos foram malferidos, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça declarar que o acórdão recorrido contraria o direito federal, sob pena de ferir o princípio da inércia da jurisdição.

II – A agravante, em seu recurso especial, alegou ser intempestiva a apelação interposta pela parte adversa. Deixou, entretanto, de demonstrar por que a solução dada à questão pelo Tribunal de origem afrontou o direito federal. Neste ponto específico, a deficiência da fundamentação prejudicou a compreensão da controvérsia, razão pela qual aplicada a Súmula n.º 284 do STF.

III – A mera transcrição das ementas dos julgados citados como paradigmas não basta para a configuração do dissídio jurisprudencial, devendo ser atendidos os requisitos exigidos pelo art. 541, parágrafo único, do CPC, entre outros o cotejo analítico dos casos confrontados.

IV – Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 776260, DF, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ, 27.03.2006 Disponível em: <  
[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=776260&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=776260&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

Devidamente fundamentado o recurso especial, isto é, expostas as razões justificadoras do pedido de reforma do acórdão impugnado, o apelo é, em tese, admitido a fim de que seja examinado o mérito recursal, ou seja, para que o Superior Tribunal de Justiça diga se houve ou não a alegada violação da lei federal.

### 2.3.2 Recurso especial com fundamento na alínea *b*

Na hipótese da letra *b*, o recurso especial é cabível quando o julgado recorrido aplicar *ato de governo local* em detrimento de legislação federal. Significa que o Tribunal *a quo* decidiu em favor da validade do ato de governo local, afastando de incidência da lei federal. Se acontece o contrário, ou seja, o acórdão recorrido aplica a lei federal e afasta o ato local, não há lugar para o recurso especial.

A propósito do termo *ato de governo local*, anota Bernardo Pimentel Souza (2008, p. 702-703):



A expressão constitucional “ato de governo local” alcança tanto os atos normativos quanto os administrativos provenientes dos Poderes Executivos e Legislativos dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios, bem assim do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal.

Com efeito, desde que não veiculada discussão acerca de lei local, a impugnação de decreto, instrução, portaria ou qualquer outro ato proveniente de alguma das autoridades públicas de Estado-membro (Governador, Assembléia Legislativa ou Tribunal de Justiça), do Distrito Federal (Governador, Câmara Legislativa ou Tribunal de Justiça) ou de Município (Prefeito ou Câmara Municipal) à luz da legislação federal, com o posterior julgamento pelo tribunal de origem em prol da validade do ato impugnado, autoriza a interposição de recurso especial pela alínea “b”, a fim de que o Superior Tribunal de Justiça julgue acerca da contrariedade à lei.

Em sua redação original, a alínea *b* em comento referia-se a *lei ou ato de governo federal*. Com a Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, passou a ser do Supremo Tribunal Federal a competência para dirimir, mediante recurso extraordinário, controvérsia acerca da validade lei local contestada em face de lei federal (art. 102, III, *d*, CF). É que, nesse caso, a matéria tem natureza constitucional, porque envolve questão relativa à divisão da competência legislativa entre União e Estados-membros, fixada na Constituição Federal.

### 2.3.3 Recurso especial com fundamento na alínea *c*

O recurso especial interposto com amparo na alínea *c* do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, isto é, fundado em divergência jurisprudencial, pressupõe a existência de acórdãos, em que aplicando a mesma lei federal, tribunais diferentes decidiram de forma diversa, embora tratando da mesma situação fática e jurídica.

Obviamente que a questão deve ter sido discutida na formação do acórdão recorrido. O prequestionamento é indispensável ao recurso especial, seja o apelo interposto com base na alínea *a*, *b* ou *c* do permissivo constitucional. Portanto, o recurso fundado em dissídio pretoriano não dispensa o requisito do prequestionamento.

É o que se depreende do seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL - AUSÊNCIA PREQUESTIONAMENTO - ALÍNEA "C" - OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO À NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 535 DO CPC - AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1 - Não se sustém o argumento de que a questão da ausência do prequestionamento, em relação à divergência jurisprudencial, não foi apreciada, tendo em vista que ficou consignado que "tal como se dá no recurso fundado na letra 'a' do inciso III do art. 105 da CF/88, o especial interposto pela alínea 'c' do permissivo constitucional também deve atender à exigência do prequestionamento. Isso porque é impossível haver divergência sobre determinada questão federal se o acórdão recorrido nem sequer chegou a emitir juízo acerca da matéria jurídica. Realmente, para que haja dissídio entre tribunais é necessário que ambos tenham decidido o mesmo assunto de forma diferente. Se o tribunal recorrido não se manifestou sobre o tema tido como interpretado de forma diversa por outra Corte, não há que se falar em dissenso pretoriano. Em suma, o prequestionamento também é necessário quando o recurso especial é aviado pela alínea 'c', pois só existirá divergência jurisprudencial se o aresto recorrido solucionar uma mesma questão federal em dissonância com precedente de outra Corte". (cf. REsp 146.834-SP, Rel. Ministro Adhemar Maciel, DJ, 02.02.98) .

2 - De mais a mais, conforme anotado por Theotônio Negrão e José Roberto F. Gouvêa, "a jurisprudência pacífica do STJ, se o tribunal local não declarar o acórdão, nos casos em que tal declaração tem lugar, será caso de recurso especial por negativa de vigência do art. 535 do CPC (RSTJ 83/57, 92/121, 103/137, 110/148, 110/187, 148/480,; STJ-Bol. AASP 1.913/269j); ou seja, nessa hipótese, não se admite recurso especial por violação dos dispositivos sobre os quais o acórdão local se omitiu" ("Código de Processo Civil e sua legislação processual em vigor", nota 2 ao art. 255 do RISTJ, 39ª ed., p. 1.999).

3 - Agravo regimental não provido (AgRg no AG 884446, RS, Quarta Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ, 24.09.2007. Disponível em:

[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=884446&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=884446&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

Ademais, o que dá ensejo ao recurso especial é a divergência na exegese da lei federal. Assim, se a reforma do acórdão recorrido depender do exame de matéria fática, não há lugar para o apelo excepcional. A função do recurso especial é dirimir controvérsia acerca exclusivamente da interpretação do direito federal, isto é, matéria de direito, não de fato.

No recurso especial interposto com fundamento em divergência jurisprudencial, cabe ao recorrente explicitar, de forma clara e precisa, o dissídio de interpretações. A caracterização da dissidência envolve a comprovação e a demonstração da discrepância alegada no recurso especial.

Essas questões relativas à prova do dissídio pretoriano serão estudadas de modo mais detalhado no capítulo a seguir.

### 3 RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO EM DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL

Compete ao Superior Tribunal de Justiça dirimir divergências em torno da aplicação da lei federal infraconstitucional, de forma a garantir a uniformidade e a integridade do ordenamento jurídico nacional.

Se uma mesma lei federal é interpretada de modo diverso pelos tribunais da instância ordinária, a Corte Superior dirá qual entendimento deve prevalecer.

Nas palavras de Athos Gusmão Carneiro (2008, p. 72):

Busca-se, entre duas diferentes interpretações jurisprudenciais de uma mesma norma legal, fixar qual a exegese que corresponde à exata vontade da lei (num determinado momento e contexto históricos), para que essa exegese, além de sua imposição ao caso concreto, passe a servir como orientação aos tribunais de segundo grau, estaduais e federais, e aos magistrados em geral.

Nos termos do art. 541 do CPC:

Art. 541 O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão:

- I - .....
- II - .....
- III - .....

Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Como se vê, a prova do dissenso jurisprudencial, para efeito de cabimento de recurso especial tem dois aspectos: a comprovação e a demonstração da divergência. O primeiro, de natureza objetiva, é a comprovação de autenticidade do julgado escolhido paradigma. O segundo, de caráter mais subjetivo, é a comparação

entre os acórdãos, isto é, a demonstração de que os tribunais prolatores dos arestos confrontados julgaram casos idênticos, mas decidiram de forma diversa.

### **3.1 Comprovação da divergência jurisprudencial**

A comprovação do dissídio jurisprudencial tem a finalidade de provar que o acórdão paradigma (indicado pelo recorrente como julgado que deu correta interpretação à lei federal), é autêntico e foi proferido naqueles termos por um dos tribunais integrantes do Poder Judiciário nacional.

Da leitura do artigo 541 do Código de Processo Civil, verifica-se que a comprovação da divergência é feita mediante certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos apontados como divergentes ou pela citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte.

Quando o recurso especial foi criado, havia maior rigidez quanto aos requisitos exigidos na comprovação da divergência jurisprudencial, mas, com o tempo, os rigores vêm sendo abrandados. Ao longo de duas décadas, muita coisa mudou.

O parágrafo único do artigo 26 da Lei nº 8.038, de 1990, que instituiu normas procedimentais para processos perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, em seu texto originário, dispunha que a prova do dissídio jurisprudencial seria feita “mediante certidão, ou indicação do número e da página do jornal oficial, ou do repertório autorizado de jurisprudência, que o houver publicado”.

O Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, também em sua redação originária, dizia que “a divergência indicada deverá ser comprovada por certidão, ou cópia autenticada, ou mediante citação do repositório de jurisprudência, oficial ou autorizado, com a transcrição dos trechos que configurem o dissídio, mencionadas as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados” (art. 255, parágrafo único).

Em 1991, a Emenda Regimental n. 1 alterou o art. 255 do RISTJ, explicitando de modo mais detalhado os requisitos exigidos na configuração do dissídio.

O dispositivo regimental ficou assim redigido:

Art. 255. O recurso especial será interposto na forma e no prazo estabelecido na legislação processual vigente, e recebido no efeito devolutivo.

§ 1º A comprovação de divergência, nos casos de recursos fundados na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição, será feita:

a) por certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos apontados, discordantes da interpretação de lei federal adotada pelo recorrido;

b) pela citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos se achem publicados.

§ 2º Em qualquer caso, o recorrente deverá transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

§ 3º São repositórios oficiais de jurisprudência, para o fim do § 1º, b, deste artigo, a Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Revista do Superior Tribunal de Justiça e a Revista do Tribunal Federal de Recursos, e, autorizados ou credenciados, os habilitados na forma do art. 134 e seu parágrafo único deste Regimento.

A Emenda Regimental n. 6, de 12 de agosto de 2002, modificou novamente o art. 255 do RISTJ, de forma a permitir que o próprio advogado atestasse a autenticidade do julgado paradigma.

A letra *a* do parágrafo §1º do mencionado dispositivo passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 255 .....  
 § 1º A comprovação de divergência, nos casos de recursos fundados na alínea *c* do inciso III do art. 105 da Constituição, será feita:  
 a) por certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos apontados divergentes, permitida a declaração de autenticidade do próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal;  
 b) .....  
 § 2º .....  
 § 3º .....

A Lei nº 8.950, de 1994, e substituiu o artigo 26 da Lei 8.038/90 pelo artigo 541 do Código de Processo Civil, que assim dispôs:

Art. 541 O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão:

- I - a exposição do fato e do direito;
- II - a demonstração do cabimento do recurso interposto;
- III - as razões do pedido de reforma da decisão recorrida.

Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Com a edição da Lei 11.341, de 7 de agosto de 2006, que alterou o artigo 541 do Código de Processo Civil, a cópia obtida pela Internet passou a ser admitida como repositório oficial.

Eis a atual redação do parágrafo único do art. 541 do CPC:

Art. 541 ...  
 (...)

Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica,

em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Seguiram-se, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a Portaria 384, de 14 de dezembro de 2007, e a Instrução Normativa n. 1, de 11 de fevereiro de 2008.

A Portaria n. 384/2007, “dispõe sobre o reconhecimento das publicações em mídia impressa e eletrônica e páginas em portais da Rede Mundial de Computadores, como repositório oficial, autorizado ou credenciado de jurisprudência”.

A Instrução Normativa n. 1/2008 “dispõe sobre o registro dos repositórios autorizados e credenciados da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em mídia impressa e eletrônica, e em páginas em portais da Rede Mundial de Computadores”.

Em síntese, a comprovação da divergência pode ser feita por:

a) juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão, que pode também ser declarada autêntica pelo próprio advogado, sob a responsabilidade pessoal deste, conforme artigo 255, § 1º, alínea a, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça – RISTJ;

b) citação do repositório de jurisprudência: b1) *oficial* (Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Revista do Superior Tribunal de Justiça e Revista do Tribunal Federal de Recursos – art. 255, §3º, RISTJ), b) *autorizado* (publicação de entidades oficiais ou particulares, habilitadas na forma do RISTJ – art. 133, RISTJ) ou b3) *credenciado* (publicações especializadas, sem



obrigação de divulgação da jurisprudência do STJ – art. 134, parágrafo único, RISTJ) em que foram publicados os acórdãos.

Se o julgado paradigma for do Superior Tribunal de Justiça, dispensa-se a indicação do repositório oficial.

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LETRA 'C'. Se o acórdão indicado como paradigma é do próprio Superior Tribunal de Justiça, não se exige a indicação do repositório oficial em que foi publicado. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no REsp 218202, RS, Terceira Turma, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ, 18.11.2002. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=218202&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=218202&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

No recurso mencionado a seguir, a Primeira Seção, por maioria, julgou comprovada a divergência jurisprudencial, apesar de o recorrente não ter juntado cópia integral de acórdão paradigma. Entendeu o colegiado que se tratava de jurisprudência notória, o julgado era do STJ, disponível na *Internet*, e foi indicada a fonte.

*Vide a ementa:*

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COMPROVAÇÃO.

1. Nos termos da nova redação do parágrafo único do artigo 541 do CPC, admite-se a comprovação da divergência "mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados".

2. Malgrado não tenha sido colacionado aos autos as cópias integrais autenticadas dos arestos paradigmas, ou sequer tenha havido a indicação do repositório oficial nos quais foram publicados, o dissídio pretoriano restou demonstrado pois, além de se tratar de divergência notória, a parte embargante transcreveu ementa de julgado do próprio STJ disponível na Internet, indicando a respectiva fonte.

3. Agravo regimental provido (AgRg no EREsp 845982, RJ, Primeira Seção, Rel. p/ acórdão o Min. Castro Meira, DJe, 15.09.2008. Disponível em:

<[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=845982&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=845982&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

Na hipótese em comento, três ministros entenderam não ter sido comprovada nem demonstrada a divergência jurisprudencial. Porém, para outros cinco ministros, era a caso de flexibilização da regra inserta no artigo 541 parágrafo único, do CPC, por ser o dissídio notório, sendo que o julgado indicado como paradigma era do próprio STJ, disponível na *Internet*.

Como se vê, a questão não é pacífica. Deve ser examinada caso a caso e depende de cada julgador.

É importante registrar também que o Diário Oficial não é considerado repositório de jurisprudência, conforme se verifica no julgado assim ementado:

PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE PROVIMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - SFH - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO - ESPROVIMENTO.

1 - Este Tribunal Superior tem decidido, reiteradamente, que, a teor do art. 255 do RISTJ, para comprovação e apreciação do dissídio jurisprudencial, devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial, autorizado ou credenciado de jurisprudência. *In casu*, todavia, o recorrente não procedeu ao indispensável cotejo analítico e nem à citação de repositório de jurisprudência ou à juntada do inteiro teor dos arestos paradigmas.

2 - A mera citação das datas em que os julgados foram publicados no Diário de Justiça, bem como indicação de 'site' da internet, não são meios que consubstanciam repositório oficial ou credenciado de jurisprudência, para fins de comprovação de divergência. Precedentes (AgRg no AG 616911, MG, Quarta Turma, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, pub. DJ, 05.06.2006 Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=616911&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=616911&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

É que, embora o Diário de Justiça seja órgão oficial, não publica integralmente o teor do acórdão.

Atualmente a utilização de acórdão retirado da *Internet* é a forma mais comum de comprovação de dissídio pretoriano. Antes, porém, da reforma de 2006 muitos recursos especiais foram inadmitidos (ou não conhecidos) porque os julgados trazidos a confronto foram extraídos da rede mundial de computadores. Exemplo disso é o julgado proferido no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 299.396, GO, que tem a seguinte ementa:

Agravo de instrumento. Ausência de peças. Dissídio jurisprudencial. Repositório oficial de jurisprudência.

I - A ausência da cópia das contrarrazões ao recurso especial na formação do agravo é suprida pela assertiva do Presidente do Tribunal *a quo* de que não foi oferecida pelo recorrido no prazo legal.

II - Para caracterizar-se o dissídio jurisprudencial, é necessário que a decisão tida por paradigma verse sobre circunstâncias fáticas semelhantes às do acórdão recorrido.

III - Nem a *internet*, nem outro meio eletrônico é repositório oficial de jurisprudência.

IV - Agravo regimental improvido (AgRg no AG 299396, SP, Terceira Turma, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ, 09.10.2000. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=299396&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=299396&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

Vale destacar decisão em que a Quarta Turma considerou não comprovado dissídio jurisprudencial por cópia extraída da *Internet*, embora o julgamento do recurso tenha ocorrido após a reforma de 2006, porque o recurso especial foi interposto antes da Lei 11.341/2006.

Confira-se a ementa do referido julgado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COMPROVAÇÃO INSUBSISTENTE. INTEIRO TEOR COLHIDO DE SÍTIO ELETRÔNICO DA INTERNET ANTES DA LEI N. 11.341/2006.

I. A *internet* não é repositório reconhecido para comprovar a divergência jurisprudencial, antes do advento da Lei n. 11.341/2006.

II. Agravo desprovido (AgRg no REsp 882224, DF, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ, 16.04.2007, Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=882224&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=882224&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

Pelo que se observa, a comprovação da divergência pode ser feita sem maior dificuldade, em razão da evolução normativa acima apresentada e a evidenciada flexibilização dos meios hábeis a provar a autenticidade do julgado paradigma à disposição do recorrente, em especial, pelas facilidades proporcionadas pela utilização da tecnologia da informática.

Recentemente o Superior Tribunal de Justiça lançou em sua página eletrônica duas ferramentas que facilitam a pesquisa de jurisprudência. São elas:

### *1. Pesquisa Pronta:*

Nesta página você poderá consultar algumas pesquisas previamente realizadas sobre temas jurídicos, bem como acórdãos com julgamento de casos notórios. Clicando nos links intitulados com os temas, você terá acesso aos acórdãos e súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria. A busca dos documentos é feita em tempo real e, por isso, o resultado encontrado estará sempre atualizado (Disponível em: <  
[http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisa\\_pronta/](http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisa_pronta/), acessado em 26 out. 2010>).

### *2. Legislação Aplicada:*

Este serviço consiste na seleção e organização de acórdãos e súmulas representativos da interpretação conferida pelo STJ à legislação infraconstitucional, destinando-se a proporcionar a rápida e eficiente visualização das diversas teses resultantes do julgamento de casos concretos.

Abaixo de cada dispositivo legal, estão transcritos trechos de julgados relacionados ao respectivo tema, selecionados até a data especificada, disponibilizando-se, ainda, links para que o usuário possa, utilizando-se dos critérios de pesquisa elaborados pela Secretaria de Jurisprudência, resgatar todos os acórdãos e súmulas referentes ao artigo em exame (Disponível em: <  
<http://www.stj.jus.br/SCON/legaplic/>, acessado em 26 out. 2010>).

Como se vê, a tendência é facilitar a comprovação da divergência jurisprudencial. O que é um fator positivo, na medida em que possibilita efetivamente ao Superior Tribunal de Justiça examinar o mérito dos recursos especiais que são dirigidos a essa Corte e assegurar a aplicação da legislação federal de maneira uniforme em todo o território nacional.

Então, no que respeita ao primeiro aspecto da caracterização do dissídio jurisprudencial, a comprovação, pode ser realizada sem grande dificuldade. Já a demonstração da divergência parece apresentar maior complexidade.

É o que se estuda a seguir.

### **3.2 Demonstração da divergência jurisprudencial**

De acordo com o parágrafo único do artigo 541 do Código de Processo Civil, o recorrente deve mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Da leitura do dispositivo, depreende-se que a simples transcrição de ementas não é suficiente para demonstrar a divergência jurisprudencial. Essa demonstração deve ser analítica, o que significa que o recorrente deve evidenciar as circunstâncias que tornam similares os casos comparados, a fim de mostrar que, em casos iguais ou símiles, a interpretação da lei federal foi diversa. Enfim, deve deixar claro que os fundamentos fáticos são os mesmos, mas as conclusões jurídicas são divergentes.

Conforme assevera Rodolfo Mancuso (2003, p. 133-134):

... não é tarefa do STJ fazer ilações ou esforços de argumentação para chegar à conclusão de que a afirmada divergência é de fato ocorrente. Isso é ônus do recorrente, do mesmo modo que é ônus do autor, na petição inicial, demonstrar a substanciação de seu pedido, ou seja, demonstrar os fundamentos fáticos e jurídicos de sua pretensão...

É ônus do recorrente explicitar a alegada dissidência, deixando claro que a situação fática é idêntica, mas a solução jurídica foi diversa. Só haverá divergência

passível de recurso especial, se a questão em discussão for a mesma. Se tal circunstância não ficar evidente, o apelo nobre não terá êxito.

Demonstra-se o dissídio detalhando-se os casos comparados. As razões recursais devem identificar onde está a divergência na interpretação da lei federal e demonstrar, ainda, que o entendimento constante do acórdão paradigma é que está correto, de modo a justificar a necessidade de reforma do aresto atacado pelo recurso especial.

Sem esse detalhamento não há efetivamente o confronto exigido legal e regimentalmente. Essa regra, todavia, pode ser mitigada quando se tratar de dissídio jurisprudencial notório, manifestamente conhecido.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COMPROVAÇÃO. DISSÍDIO NOTÓRIO. MITIGAÇÃO DE FORMALIDADES. AÇÃO MONITÓRIA. NOTA PROMISSÓRIA PRESCRITA. INDICAÇÃO DA CAUSA DEBENDI. DESNECESSIDADE. ÔNUS DO EMITENTE.

1. No dissídio jurisprudencial, as exigências de natureza formal são mitigadas quando verificada a notoriedade da divergência, pois, em casos tais, são evidentes a similitude fática e a discrepância de interpretação normativa entre os acórdãos confrontados.

2. A orientação jurisprudencial desta Corte Superior é no sentido de que na ação monitória, instruída com título de crédito que perdeu a eficácia executiva, é desnecessária a demonstração da causa de sua emissão, cabendo ao emitente o ônus da prova da inexistência do débito.

3. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 848072, MS, Terceira Turma, Rel. Min. Vasco Della Giustina – Desembargador Convocado do TJ/RS, DJe, 18.06.2009. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=848072&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=848072&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov.2010).

É importante observar que atenuar a exigência não significa o afastamento por completo do disposto nos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255 do RISTJ.

Mesmo nos casos de divergência notória, exige-se do recorrente a indicação e a transcrição do aresto paradigma.

A propósito, destaca-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO À SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. NÃO CUMPRIMENTO DO QUE DISPÕE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 541 DO CPC E O § 2º DO ART. 255 DO RISTJ. DESPROVIMENTO.

1. Hipótese em que se negou seguimento a recurso especial por dois fundamentos: (a) impossibilidade de análise à violação da Súmula 188/STJ com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal; (b) ausência de cotejo analítico no pertinente ao recurso especial interposto pelo dissídio jurisprudencial.

2. Não obstante o agravante afirme, neste regimental, não ter pleiteado o reconhecimento de violação à súmula, consta das razões recursais "o voto condutor fere a Súmula supra transcrita desta peça". Tem-se, assim, que a decisão deve ser mantida neste ponto, pois não é cabível recurso especial contra aplicação, ou não, de Súmula, conforme entendimento já sedimentado neste Tribunal Superior.

3. A ausência de cotejo analítico obsta o conhecimento do recurso especial pela divergência, porquanto não observado o que dispõe o parágrafo único do art. 541 do CPC e o § 2º do art. 255 do RISTJ. Ademais, quanto à indispensabilidade do confronto entre os acórdãos, veja-se, por oportuno: "A divergência entre julgados desta colenda Corte, quando notória, influencia a minoração do rigor formal estampado no art. 255/STJ (cf. art. 266, §1º, do RISTJ). Nada obstante, não o dispensa por completo, sendo exigível, como mínimo, a indicação e a transcrição de trechos de acórdão supostamente paradigma, mínimo este ignorado na petição recursal" (AgRg nos EREsp 719.603/RS, Corte Especial, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe de 4.12.2008).

4. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1074541, RS, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe, 04.05.2009. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1074541&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1074541&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

O abrandamento do rigor, nesse caso, representa um ponto positivo, porque a função do STJ é garantir a uniformidade na aplicação da lei federal, de modo a resguardar a segurança jurídica. Se a discrepância de entendimento é flagrante e a questão está há muito pacificado na Corte Superior, justifica-se a flexibilização da regra.

Contudo, é preciso ter em mente o julgador deve sempre atuar com isenção. A prova do dissídio é ônus do recorrente e, se a divergência é tão notória, mais facilmente poderá ser comprovada e demonstrada.

### 3.2.1 Confronto com súmula

O cotejo analítico entre o acórdão que se pretende reformar e o julgado paradigma é necessário para verificar a similitude fática entre os casos confrontados e a divergência na solução jurídica dada pelo Tribunal recorrido.

Cabe enfatizar que não é aceita para esse efeito a simples invocação de súmula, já que é indispensável a comparação entre os casos discutidos nos acórdãos tratados no recurso especial. A súmula é um substrato; apenas sintetiza o que foi decidido, mas não tem os elementos necessários à realização do confronto analítico.

Nesse sentido:

CIVIL E PROCESSUAL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. RECURSO ESPECIAL. DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA COM ENUNCIADO DE SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE.

I. Os enunciados sumulares não se prestam à demonstração da divergência jurisprudencial, porquanto não permitem o cotejo entre as espécies fáticas. Precedentes.

II. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1064272, RS, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ, 24.8.2009. Disponível em:

<[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1064272&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1064272&b=ACOR)>. Acesso em 29 set. 2010).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA. INADMISSIBILIDADE.



I - Não se conhece do recurso especial se a matéria debatida não foi ventilada na instância de origem, mesmo após a interposição dos embargos declaratórios (Súmula 211/STJ).

II - No recurso especial interposto pela alínea "c" é indispensável o cotejo analítico entre as decisões paradigmas e a recorrida, a fim de se verificar a similitude fática e a divergência de teses jurídicas em torno da questão, sendo certo que a invocação de enunciado de súmula não se presta a tal, em razão do grau de abstração de que é dotada.

Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 943756, GO, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJ, 29.10.2007, Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=943756&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=943756&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

Embora o artigo 124 do RISTJ disponha que a citação de Súmula dispensa a referência a outros julgados no mesmo sentido, é imprescindível o confronto analítico, que deve ser feito com os acórdãos que deram origem à Súmula, já que o enunciado sumular não contém os elementos necessários à comparação. O que é dispensada é a reprodução do acórdão paradigma, não a demonstração de que os casos são idênticos, mas foram julgados de forma diversa.

Contudo, merece destaque um acórdão da Terceira Turma, em sentido contrário, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. REQUISITOS DO CONCURSO. APRESENTAÇÃO NA DATA DA INSCRIÇÃO. SÚMULA 266/STJ. DISSÍDIO NOTÓRIO.

1- Na espécie, o recurso foi conhecido pela alínea "c", por estar-se diante de dissídio notório, haja vista ter o acórdão recorrido proferido entendimento em total dissonância com questão já sumulada neste Tribunal (Súmula 266).

2- É assente nesta Corte que, nos casos de notório dissenso pretoriano, é de se mitigar as exigências formais quanto à admissão do recurso especial.

3- Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 698122, SP, Sexta Turma, Rel. Min. Celso Limongi, DJ, 08.06.2009, Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=698122&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=698122&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

No caso, o recorrido apresentou agravo regimental, sustentando que o recurso especial não deveria ter sido conhecido, porquanto “a simples afirmação de violação de enunciado sumular não é suficiente ao sucesso do apelo especial, uma vez que não se equipara a dispositivo de lei federal”.

O relator, no entanto, entendeu tratar-se de dissenso notório, porque o acórdão recorrido estaria em total dissonância com questão já sumulada do Superior Tribunal de Justiça.

Mais uma vez, percebe-se que o exame quanto à demonstração da divergência de interpretação tem certa carga de subjetivismo.

### 3.2.2 Acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência do STJ

Quando a questão já foi objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça, deve o recorrente demonstrar que o entendimento adotado no acórdão recorrido é contrário à jurisprudência da Corte Superior.

Se assim não for, o recurso não é conhecido. É o que dispõe o enunciado da Súmula 83/STJ, segundo a qual “não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida”.

No caso, não há razão para ser reformado acórdão que seguiu a jurisprudência firmada no Superior Tribunal de Justiça, o qual já manifestou seu entendimento acerca da lei federal em discussão, sendo que a interpretação dada pelo tribunal *a quo* coincide com aquela adotada na instância especial.

É bem verdade que, para dizer o acórdão recorrido seguiu a orientação firmada na Corte Superior, é necessário examinar o mérito, conhecer do recurso e, então, negar-lhe provimento. Essa, porém, é uma questão de terminologia, já criticada pela doutrina e que, espera-se, venha a ser uniformizada.

### 3.2.3 Particularização do artigo objeto da interpretação divergente

Ainda que fundamentado em divergência jurisprudencial, o recurso especial deve indicar o dispositivo legal que teve interpretação discrepante.

Há na doutrina uma discussão a respeito da autonomia da hipótese de cabimento do recurso especial interposto com base na alínea c do permissivo constitucional.

Para Flávio Cheim Jorge (2001, p. 385-386):

A letra c do art. 105, III, da Constituição Federal não aumenta o espectro de cabimento do recurso especial, sim facilita o seu julgamento, por ser a divergência circunstância aferível objetivamente. Não é mais uma hipótese de cabimento, senão uma oportunidade conferida pelo legislador para se atingir de forma absoluta um dos objetivos primordiais do recurso especial: que o entendimento e a interpretação de uma determinada norma federal sejam os mesmos, uniformes, em todo o território brasileiro.

Fredie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha (2009, p. 1431), todavia, entendem que:

A divergência jurisprudencial é hipótese autônoma de fundamentação de recurso especial.

Entendimento em sentido contrário “esvazia” o conteúdo do comando constitucional previsto na letra c, olvidando, exatamente, que o objetivo do texto é o de permitir que o STJ uniformize a interpretação da lei federal e, com isso, forneça paradigmas que tornem mais previsíveis as decisões judiciais, diminuindo a insegurança jurídica.

A hipótese é autônoma no sentido de que o recurso especial pode ser interposto unicamente com base alínea c do permissivo constitucional.

Todavia, segundo o art. 105, III, c, da Constituição Federal, cabe recurso especial quando o aresto recorrido “der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal”.

Portanto, a hipótese prevista na alínea c do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal poderá se vista como um reforço da alínea a. Quando o recorrente busca a reforma do acórdão impugnado, ao fundamento de que deve prevalecer o entendimento do aresto paradigma, o que está dizendo é que, na decisão que pretende ver modificada, não foi dada a correta interpretação à lei federal. Em outras palavras, ofendeu essa lei.

A divergência jurisprudencial entre tribunais propicia a interposição de recurso especial. Conforme dispõe o texto constitucional, o dissídio deve ocorrer em torno da aplicação da lei federal.

Por isso mesmo, no apelo nobre com esteio em dissidência pretoriana também não dispensa a indicação do dispositivo da legislação federal objeto da interpretação divergente.

Exemplo desse entendimento é o acórdão proferido pela Primeira Turma do STJ, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA "C". DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA E DEMONSTRADA. JULGADOS DO MESMO TRIBUNAL. SÚMULAS N°S 284/STF e 13/STJ.

1. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e

demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas.

2. A falta de particularização do dispositivo de lei federal a que os acórdãos - recorrido e paradigma - tenham dado interpretação discrepante consubstancia deficiência bastante, com sede própria nas razões recursais, a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, pela incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. "A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial." (Súmula do STJ, Enunciado nº 13).

4. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1127998, DF, Primeira Turma, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJe, 07.04.2010, Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1127998&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1127998&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

A mesma orientação foi adotada pelo Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes arestos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONFLITO JURISPRUDENCIAL. INTERPRETAÇÃO DA LEI FEDERAL. FALTA DE INDICAÇÃO DA NORMA. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE INDISPENSÁVEL. AGRAVO DESPROVIDO.

I. Obsta a pretensão, relativamente ao dissídio pretoriano, não haver o recorrente indicado quais os dispositivos de lei federal que teriam tido interpretação jurisprudencial divergente. Assim, não há como se pronunciar esta Corte apenas sobre tese abstrata, sem vinculação a lei federal específica. A divergência se faz em relação a distintas interpretações de tribunais sobre os mesmos dispositivos de leis, e, no caso, isso não ocorre. Aplicável, por analogia, o verbete n. 284 da Súmula do STF (Precedentes).

II. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1063256, RS, Quarta Turma, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, DJe, 28.10.2008, Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1063256&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1063256&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

ADMINISTRATIVO – DANOS MORAIS – QUANTUM INDENIZATÓRIO – AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO – NECESSIDADE MESMO EM RECURSO ESPECIAL POR DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL – SÚMULA 284/STF - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA - SÚMULA 7/STJ.

1. O recorrente furtou-se em indicar qual dispositivo de lei teve interpretação divergente à dada por outro tribunal.

2. A ausência de indicação dos dispositivos, em torno dos quais teria havido interpretação divergente por outros tribunais, não autoriza o conhecimento do recurso especial quando interposto com base na

alínea "c" do permissivo constitucional. Aplicação analógica do enunciado 284 da Súmula do STF.

3. O Superior Tribunal de Justiça, firmou entendimento de que é incabível a análise do recurso em se tratando de danos morais com base na divergência pretoriana, pois, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos serão sempre distintos.

4. A iterativa jurisprudência desta Corte firma-se no sentido de que só se reexaminam os valores do quantum indenizatório quando ínfimos ou exorbitantes, tendo em vista que o valor não viola os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. A revisão requerida pela agravante enseja aplicação da Súmula 7 do STJ, uma vez que implica revolvimento da matéria fático-probatória, pois as provas já foram analisadas pelo Tribunal *a quo*, que decidiu que seria correto o arbitramento do referido valor.

Agravo regimental improvido (AgRg no AG 1299377, SP, Segunda Turma, Relator Ministro Humberto Martins, DJe, 1.7.2010, Disponível em:

<[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1299377&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1299377&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

Para se falar em uniformização de determinada lei federal é preciso identificar qual norma jurídica está sendo discutida. Sem isso, não há como explicitar a diversidade de interpretações. Tanto é assim que vários recursos especiais não são conhecidos porque as respectivas razões não apontam o artigo em torno do qual houve a divergência de interpretação.

A ofensa à lei é demonstrada no caso concreto. No recurso especial, o objetivo é demonstrar que o acórdão recorrido não aplicou corretamente certa lei, devendo ser aplicado o entendimento adotado no acórdão paradigma. Portanto, é necessária a referência à norma legal infraconstitucional.

O Superior Tribunal de Justiça e o recurso especial foram criados com a finalidade de unificar entendimentos acerca da lei federal. Se o recorrente traz julgados em que dois tribunais decidiram casos semelhantes de forma diferente, mas não está em discussão uma norma federal infraconstitucional, nem cabe o recurso especial.

A divergência jurisprudencial por si só não justifica o cabimento do recurso especial. O dissídio que importa para o conhecimento do recurso é aquele relativo à interpretação da lei federal. Daí, a necessidade de indicação do dispositivo legal.

### 3.2.4 Divergência superada

O confronto pode ser feito com acórdãos dos extintos Tribunais de Alçada e Tribunal Federal de Recursos e também do Supremo Tribunal Federal (já que a Corte Suprema era originariamente também guardião da legislação federal infraconstitucional). Julgados dessas Cortes são admitidos como paradigma, desde que não se trate de jurisprudência superada.

O entendimento do acórdão paradigma deve ser atual. Se a orientação do Superior Tribunal de Justiça evoluiu em sentido diverso ao do acórdão paradigma, essa jurisprudência estará superada e o recurso especial não será provido. Não haverá divergência autorizadora do apelo nobre porque a orientação não é mais a mesma, ou seja, a lei supostamente violada, já não é interpretada no sentido do aresto trazido a colação. Então, não se justifica o pedido de uniformização.

Confira-se, a propósito, o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO. ERRO MATERIAL. PREMISSA FÁTICA. EFEITOS INFRINGENTES. INOCORRÊNCIA. COMPENSAÇÃO. HONORÁRIOS. VALOR DA CONDENAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. DIVERGÊNCIA SUPERADA.

(...)

3. O recurso especial interposto pela alínea "c" é inadmissível quando a divergência apontada pelo acórdão paradigma já não é atual, mas pretérita e superada. (Precedente: REsp 543742, MG, Rel. Ministro Luiz Fux, DJ 01/03/2004).

(...)

5. In casu, o acórdão apontado como paradigma firma entendimento superado no sentido de que: “III – Nas ações declaratórias, os honorários advocatícios devem ser fixados sobre o valor da causa, e não sobre o valor da condenação. Ressalte-se que, uma vez deferida a compensação, não houve um provimento condenatório, e sim meramente declaratório.”

6. Agravo Regimental desprovido (AgRg nos Edcl no AG 1045943, RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe, 3.8.2010. Disponível em: <  
[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1045943&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1045943&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

O recorrente busca a reforma do acórdão recorrido, a fim de que seja adotada a orientação expressa no acórdão paradigma. Se esse entendimento foi superado por nova jurisprudência da Corte superior, o recurso especial não terá êxito.

### 3.2.5 Divergência interna

Os acórdãos devem ser oriundos de tribunais diferentes, pois “a divergência de julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial” (Súmula 13/STJ).

Se a divergência for interna, ou seja, se os acórdãos confrontados forem oriundos do mesmo tribunal, não é cabível o recurso especial. A dissidência deve ser resolvida pelo próprio tribunal prolator do acórdão. Para tais hipóteses há a uniformização de jurisprudência prevista do artigo 476 do Código de Processo Civil.

A respeito, destaca-se acórdão proferido pela Primeira Turma do STJ, assim resumido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL.  
 RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. REVISÃO DO  
 QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO ESPECIAL COM  
 FUNDAMENTO NA ALÍNEA “C”. DIVERGÊNCIA  
 JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA E DEMONSTRADA.



JULGADOS DO MESMO TRIBUNAL. SÚMULAS NºS 284/STF e 13/STJ.

1. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas.

2. A falta de particularização do dispositivo de lei federal a que os acórdãos - recorrido e paradigma - tenham dado interpretação discrepante consubstancia deficiência bastante, com sede própria nas razões recursais, a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, pela incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. *"A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial."* (Súmula do STJ, Enunciado nº 13).

4. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1127998, DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe, 07.04.2010. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1127998&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1127998&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

A divergência autorizadora do recurso especial deve ser verificada entre tribunais diversos. É o que prevê o art. 105, inc. III, alínea c, da Constituição Federal.

### 3.3 Considerações finais

Comprovada e demonstrada a divergência jurisprudencial, o recurso especial é conhecido, o que não significa que será provido. É preciso ainda que prevaleça o entendimento do acórdão paradigma.

De todo modo, mesmo que seja negado provimento ao recurso especial, a função desse apelo excepcional foi cumprida. É que o observa Flávio Chein Jorge (2001, p. 379). Isso porque, mesmo não provendo o recurso, por julgar que a interpretação correta foi dada pelo acórdão recorrido, o Superior Tribunal de Justiça unificou o entendimento sobre a lei federal em discussão.

Seja ou não autônoma, a hipótese de cabimento do recurso especial por divergência jurisprudencial propicia, muitas vezes facilita, a uniformização da interpretação da lei federal infraconstitucional e a garantia da integridade da legislação federal infraconstitucional, função maior do apelo excepcional dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.

## CONCLUSÃO

O estudo do recurso especial interposto com base em divergência jurisprudencial evidencia a importância da função uniformizadora do Superior Tribunal de Justiça.

A existência de decisões divergentes em casos idênticos não é compatível com a segurança jurídica. A interpretação da lei deve ser uniforme.

A despeito de não ter efeito vinculativo, as decisões do Superior Tribunal de Justiça servem de norte para os tribunais de segundo grau.

Embora o objeto do recurso especial seja a proteção do direito objetivo, não se discutindo a justiça da decisão recorrida, a manifestação da Corte Superior acerca de determinada norma serve de orientação para as instâncias ordinárias e, de forma mediata, protege o direito dos jurisdicionados.

Entretanto, para que a questão federal seja enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça, as exigências constitucionais, legais e regimentais devem ser atendidas. Não por mero formalismo, mas como garantia de segurança jurídica.

No caso do recurso especial interposto com base no artigo 105, inciso III, alínea c da Constituição Federal, o recorrente deve, além de observar os demais requisitos, provar que o tribunal prolator do acórdão recorrido interpretou a lei federal de forma diversa da exegese feita por outra corte brasileira.

Para isso, deve realizar a devida caracterização da divergência jurisprudencial e explicitar as razões pelas quais deve prevalecer o entendimento manifestado no acórdão paradigma.

A prova do dissídio envolve dois aspectos: a comprovação e a demonstração da discrepância de interpretações.

A comprovação diz respeito à prova de autenticidade do julgado apontado como paradigma. Pelo estudo realizado, verifica-se que o cumprimento desse requisito vem sendo flexibilizado, acompanhando a evolução tecnológica, o que facilita e muito a comprovação da divergência, principalmente, pela possibilidade de utilização de acórdãos extraídos da *Internet*.

Essa facilidade representa um fator positivo, porque a exigência da comprovação do dissídio tem como objetivo provar a autenticidade do julgado paradigma e não dificultar a admissão do recurso pela Corte Superior. Não se trata simplesmente de óbice à subida do apelo especial à instância superior. Se existem questões federais controvertidas, devem ser submetidas ao Superior Tribunal de Justiça, a fim de que sejam dirimidas, mas os pressupostos de admissibilidade não podem ser ignorados.

Da análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, percebe-se, que, a despeito das facilidades atualmente encontradas na comprovação do dissídio pretoriano, não são tão raros os recursos que deixam de ser admitidos por ausência de cumprimento desse requisito. Por vezes, as disposições legais e regimentais não são observadas; o recorrente limita-se a indicar o número do julgado apontado como divergente. E, então, não conhecido o apelo, a parte invoca a aplicação do princípio da instrumentalidade, alegando excesso de formalismo.

Todavia, os pressupostos são estabelecidos em lei e valem para todos, servindo de garantia de segurança jurídica. Para que o recurso seja conhecido, o recorrente deve desincumbir-se de seu ônus de provar o dissídio, tarefa que pode ser cumprida, como visto, sem grande dificuldade.

A demonstração da divergência, por ter caráter mais subjetivo, pode ser mais complicada.

A demonstração consiste na realização do cotejo analítico entre o acórdão recorrido e o paradigma, a fim de evidenciar que são casos semelhantes, mas obtiveram solução jurídica diferente, porque os tribunais prolatores dos julgados confrontados deram a um mesmo dispositivo de lei federal entendimentos diversos.

Quem sustenta a divergência deve evidenciá-la, a fim de que seja examinada. É preciso adentrar nos detalhes de cada caso e comparar ponto a ponto um e outro acórdão para mostrar as semelhanças e as diferenças existentes entre eles.

Além disso, a divergência jurisprudencial por si só não justifica o cabimento do recurso especial. O dissídio que importa para o conhecimento do recurso é aquele relativo à interpretação da lei federal. Daí, a necessidade de indicação do dispositivo legal acerca do qual houve discrepância de entendimentos.

E não basta demonstrar a dissonância entre os julgados, é imprescindível deixar claro que a interpretação correta é aquela dada pelo acórdão paradigma, motivando assim a reforma do *decisum* atacado pelo recurso especial.

A demonstração da divergência é, às vezes, complexa, mas há sempre a alternativa de se interpor o recurso especial pela alínea a do permissivo constitucional, explicitando-se as razões pelas quais se entende violada a lei federal.

Por outro lado, há casos em que o dissídio é notório e, se for “manifestamente notório”, a exigência relativa ao cotejo analítico pode ser mitigada. Se a dissidência é tão evidente, justifica-se a dispensa de maiores explicitações, principalmente, quando o aresto paradigma é do próprio Superior Tribunal de Justiça.

De todo modo, quanto mais evidente a divergência, mais fácil será demonstrá-la.

A despeito da discussão acerca da autonomia da hipótese de cabimento do recurso especial prevista na alínea c do artigo 105, III, da Constituição Federal, mais relevante é sua utilidade como meio de garantir a uniformidade da interpretação de lei federal.

O recurso especial fundado em divergência jurisprudencial leva à instância especial os variados entendimentos manifestados na instância ordinária sobre a legislação federal infraconstitucional.

A divergência permite ao Superior Tribunal de Justiça conhecer diferentes interpretações dadas a uma mesma lei, bem como os fundamentos que embasam as opiniões conflitantes de um e de outro tribunal. Recebido o recurso, a Corte Superior refletirá sobre ambas as teses e decidirá qual o melhor argumento. Dará, enfim, a palavra final, unificando o entendimento acerca da lei federal discutida. Poderá inclusive, diante das teses veiculadas nos acórdãos divergentes, rever a orientação até então firmada naquela Corte.

Realmente, a atualização e o aperfeiçoamento são algumas das características essenciais à prestação da jurisdição, uma vez que a jurisprudência evolui e a lei muda.

Reformando ou não o acórdão recorrido, isto é, provendo ou negando provimento ao recurso especial, examinando o mérito do apelo, o Superior Tribunal de Justiça cumpre sua missão de guardião da autoridade e uniformidade da interpretação da lei federal.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. *Recursos Extraordinários no STF e no STJ: conflito entre o interesse público e o privado*. Curitiba: Juruá, 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça*. Disponível em: <  
[http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=815](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=815) >. Acesso em 07 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL Nº 663562, RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ, 07.11.2005. Disponível em: <  
[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=663562&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=663562&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RECURSO ESPECIAL Nº 585024, DF, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ, 02.08.2004. Disponível em: <  
[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=585024&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=585024&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL Nº 662562, GO, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ, 02.05.2005. Disponível em: <  
[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=662562&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=662562&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL Nº 776260, DF, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ, 27.03.2006, Disponível em: <  
[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=776260&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=776260&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 884446, RS, Quarta Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ, 24.09.2007. Disponível em: <  
[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=884446&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=884446&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL Nº 218202, RS, Terceira Turma, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ, 18.11.2002. Disponível em: <  
[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=218202&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=218202&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL Nº 845982, RJ, Primeira Seção, Rel.

p/ acórdão o Min. Castro Meira, DJe, 15.09.2008. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=845982&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=845982&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 616911, MG, Quarta Turma, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ, 05.06.2006 Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=616911&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=616911&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 299396, SP, Terceira Turma, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ, 09.10.2000. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=299396&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=299396&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL Nº 882224, DF, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ, 16.04.2007, Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=882224&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=882224&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL Nº 848072, MS, Terceira Turma, Rel. Min. Vasco Della Giustina – Desembargador Convocado do TJ/RS, DJe, 18.06.2009. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=848072&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=848072&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL Nº 1074541, RS, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe, 04.05.2009. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1074541&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1074541&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL Nº 1064272, RS, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ, 24.8.2009. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1064272&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1064272&b=ACOR)>. acesso em 29 set. 2010).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL Nº 943756, GO, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJ, 29.10.2007, Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=943756&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=943756&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL Nº 698122, SP, Sexta Turma, Rel. Min. Celso Limongi, DJ, 08.06.2009. Disponível em:



<[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=698122&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=698122&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL Nº 1127998, DF, Primeira Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe, 07.04.2010. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1127998&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1127998&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL Nº 1063256, RS, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJe, 28.10.2008. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1063256&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1063256&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1299377, SP, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe, 01.07.2010. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1299377&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1299377&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1045943, RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe, 3.8.2010. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=1045943&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1045943&b=ACOR)>. Acesso em 07 nov. 2010.

BRUSCHI, Gilberto Gomes. Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial. In: TORRES DE MELLO, R. L. (Coord.). *Recurso Especial e Extraordinário: repercussão geral e atualidades*. São Paulo: Método, 2007.

BRUSCHI, Gilberto Gomes, e DONOSO, Denis. Divergência jurisprudencial e recurso especial: cabimento e forma de interposição do recurso especial com fundamento no art. 105, III, alínea c, da Constituição. *Revista dialética de direito processual*, n.83, p.44-57, fev., 2010.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Recurso especial, agravos e agravo interno*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CARRAZZA, Roque Antônio. Do recurso extraordinário e do recurso especial. *Justitia*, São Paulo, 56(167), jul./set. 1994, Disponível em: < <http://bdjur.stj.gov.br> >. Acesso em 13 out. 2010).

CHEIN JORGE, Flávio. Recurso especial com fundamento na divergência jurisprudencial. In: NERY JUNIOR., N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis*. São Paulo: RT, 2001. v. 4.

DIDIER Junior, Fredie. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Comentários à Constituição Federal de 1988* (Coord. BONAVIDES, P. MIRANDA, J. AGRA, W. M.). Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2009.

FÉRES, Marcelo Andrade. A nova sorte da prova do julgado paradigma de divergência no âmbito do recurso especial: breve nota à Lei n. 11.341/06. *Revista dialética de direito processual*, n.43, p.98-104, out., 2006.

FILHO, Domingos Afonso Kriger. Aspectos do recurso especial com base em dissídio jurisprudencial. *Revista Jurídica*, São Paulo, v.48, n.285, p.69-76, jul., 2001.

FUX, Luiz, *Curso de Direito Processual Civil*. 4ª ed. Rio de Janeiro. Forense, 2008.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Recurso extraordinário e recurso especial*. 8ª ed. São Paulo: RT, 2003.

MIRANDA, Pontes. Comentários ao Código de Processo Civil, tomo VIII: arts 539 a 565. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 2000.

MONTEIRO, Vítor J. de Mello. Comprovação do dissídio jurisprudencial no recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial. In: TORRES DE MELLO, R. L. (Coord.). *Recurso Especial e Extraordinário: repercussão geral e atualidades*. São Paulo: Método, 2007.

NEGRÃO, Theotônio. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 41ª ed. São Paulo, Saraiva, 2009.

NERI JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado*. 9ª ed. São Paulo, RT, 2006.

OLIVEIRA, Gleydson Kleber Lopes de. *Recurso Especial*. São Paulo, RT, 2002.  
SARAIVA, José. *Recurso especial e o Superior Tribunal de Justiça*. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, José Afonso da. *Comentário Contextual à Constituição*. 6ª Ed. São Paulo, Malheiros, 2008.

SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória*. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2008.